

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDAÇÃO ARCELORMITTAL
BRASIL

31/12/2025



SUMÁRIO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL E ASPECTOS SOCIETÁRIOS	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
4. ADOÇÃO DOS CPCs NOVOS E REVISADOS.....	12
5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS.....	15
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15
8. IMOBILIZADO	16
9. FORNECEDORES	16
10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	17
11. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	17
12. PATRIMÔNIO SOCIAL.....	17
13. RECEITAS DE DOAÇÕES	18
14. DESPESAS COM PROGRAMAS/PROJETOS	18
15. DESPESAS POR NATUREZA	20
16. RESULTADO FINANCEIRO.....	20
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	20
18. REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHEIROS	23
19. COBERTURA DE SEGUROS	23



**Shape the future
with confidence**

Edifício Statement
Avenida do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG – Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores
Fundação ArcelorMittal Brasil
Belo Horizonte (MG)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação ArcelorMittal Brasil (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit/(déficit), do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'CP', is written over the printed name and title.

Claudia Gomes Pinheiro
Contadora CRC MG-089076/O

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.261.949	4.087.957
Aplicações financeiras	7	7.379.835	-
Outras contas a receber		209.136	192.601
Outras despesas antecipadas		8.735	4.597
Impostos a recuperar		21	21
Total do ativo circulante		11.859.676	4.285.176
Não circulante			
Aplicações financeiras	7	-	6.426.086
Imobilizado	8	4.251.431	1.476.068
Outras contas a receber		-	1.000
Total do ativo não circulante		4.251.431	7.903.154
Total do ativo		16.111.107	12.188.330
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	9	1.058.929	335.248
Salários e encargos sociais	10	2.149.606	1.832.307
Impostos a recolher		145.565	122.556
Outras contas a pagar	11	111.279	197.840
Total do passivo circulante		3.465.379	2.487.951
Outras contas a pagar	11	5.457	9.823
Total do passivo não circulante		5.457	9.823
Patrimônio social			
Patrimônio social	12	7.429.943	6.774.624
Ajuste de avaliação patrimonial		396.974	441.082
Reserva de superávit		4.813.354	2.474.850
Total do patrimônio social		12.640.271	9.690.556
Total do passivo e patrimônio social		16.111.107	12.188.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	2025	2024
De doações	13	15.967.448	10.908.438
Outras receitas		321.929	72.761
Receita operacional		16.289.377	10.981.199
Educação		(2.981.270)	(2.382.066)
Cultura		(239.848)	(691.517)
Filantropia		(1.141.400)	(2.429.117)
Relacionamento		(143.654)	(31.079)
Esporte		(42.033)	(252.023)
Estratégicos		(261.715)	-
Total custos e despesas operacionais	14	(4.809.920)	(5.785.802)
Salários e encargos sociais		(5.748.911)	(2.640.681)
Serviços de terceiros		(578.200)	(569.149)
Manutenção e conservação		(25.321)	(16.751)
Depreciação e amortização		(104.165)	(106.473)
Viagens e estadas		(64.678)	(119.898)
Cursos, seminários e treinamentos		-	(41.875)
Consultoria		(35.448)	(233.546)
Recepções e representações		(11.799)	(15.374)
Auditoria externa		(109.103)	(88.122)
Aluguéis		(31.198)	(5.079)
Despesa TI		(141.528)	(126.345)
Programa Divulgação		(3.207.173)	(1.499.206)
Outras despesas		(211.234)	(645.403)
Total despesas gerais e administrativas	15	(10.268.758)	(6.107.902)
Receita financeira	16	1.739.026	1.178.561
Despesa financeira	16	(10)	(1.528)
Superávit/(Déficit) do exercício		2.949.715	264.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	2025	2024
Superávit/(Déficit) do exercício	2.949.715	264.528
Total do resultado abrangente	2.949.715	264.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais

Notas	Patrimônio social	Reservas de superávit	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit/ (Déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2023	6.774.624	2.166.213	485.191	-	9.426.028
Realização do custo atribuído	-	-	(44.109)	44.109	-
Superávit do exercício	-	-	-	264.528	264.528
Proposta para destinação para reservas	-	308.637	-	(308.637)	-
Em 31 de dezembro de 2024	6.774.624	2.474.850	441.082	-	9.690.556
Apropriação do superávit acumulado	655.319	(655.319)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	(44.108)	44.108	-
Superávit do exercício	-	-	-	2.949.715	2.949.715
Proposta para destinação para reservas	-	2.993.823	-	(2.993.823)	-
Em 31 de dezembro de 2025	7.429.943	4.813.354	396.974	-	12.640.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais

	Notas	2025	2024
Superávit/(Déficit) líquido do exercício		2.949.715	264.528
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação	8	104.165	106.474
Rendimento de aplicações financeiras		(953.749)	(672.796)
(Aumento) redução de ativos:			
Outras contas a receber		(19.673)	(178.424)
Aumentos (reduções) de passivos:			
Fornecedores		723.681	(1.026.193)
Salários e encargos sociais		317.299	(117.588)
Impostos a recolher		23.009	(66.605)
Outros passivos		(90.927)	21.398
Fluxo de caixa das atividades operacionais		3.053.520	(1.669.206)
Aquisição de imobilizado	8	(2.879.528)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(2.879.528)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		173.992	(1.669.206)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.087.957	5.757.163
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.261.949	4.087.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E ASPECTOS SOCIETÁRIOS

A Fundação ArcelorMittal Brasil ("Fundação"), constituída em 23 de novembro de 1988, é a organização responsável pela gestão do investimento social do Grupo ArcelorMittal, cuja missão é alavancar o desenvolvimento social por meio de uma atuação estratégica em educação, esporte, cultura, economia circular e responsabilidade social, contando com o apoio da ArcelorMittal Brasil S.A. e de outras empresas do mesmo grupo econômico, podendo realizá-las em cooperação ou colaboração com outras associações de mesma finalidade.

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e que consta do processo MJ nº 08071.022971/2007-63, conforme Despacho do Secretário de Justiça, de 23 de novembro de 2007, publicado no Diário Oficial de 27 de novembro de 2007. A Fundação desenvolve programas de educação, esporte, cultura, economia circular e desenvolvimento comunitário. As entidades de educação e assistência social estão imunes de pagamentos de impostos ou contribuições por força do Art.150, inciso VI, alínea C da Constituição Federal e Legislações específicas no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram este benefício.

A Fundação está isenta do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas derivadas de suas atividades, bem como o superávit apurado em cada exercício é imune do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social, mas está condicionada ao cumprimento das exigências legais, inclusive quanto à apresentação anual de declaração de rendimentos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, NBC ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações técnicas emitidas pelo "CPC" - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo "CFC" - Conselho Federal de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Fundação ArcelorMittal Brasil é como segue:

3.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.1.1 Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é apresentada nas seguintes categorias: (i) ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado, (ii) ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial conforme modelo de negócio da Fundação. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado quando se gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Fundação. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Um instrumento é classificado pelo valor justo através de outros resultados abrangentes se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e se os termos contratuais deste ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no patrimônio social.

(iii) Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada, usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Fundação mensura o valor recuperável de seus ativos financeiros, avaliados ao custo amortizado, considerando a perda de crédito esperada. A metodologia inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação na avaliação de crédito, bem como qualquer aumento no risco de perda do valor recuperável de seus ativos desde o reconhecimento inicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

(v) Baixa de ativos financeiros

A Fundação baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Fundação transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente classificada na reserva de reavaliação de investimentos, é reclassificado para o resultado.

(vi) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e (ii) passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

(ii) Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não sejam contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

(iii) Baixa de passivos financeiros

A Fundação baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, incluindo o custo atribuído constituído em 1º de janeiro de 2009, relativo a edificações, conforme orientação da ICPC 10.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente. A depreciação do imobilizado é registrada como despesa.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.3 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, legal ou presumida, resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

3.4 Reconhecimento de receita

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, mediante documento hábil, considerando o princípio da competência, quando da obtenção dos recursos de doação oriundo dos patrocinadores.

3.5 Apuração do Superávit/(Déficit)

O superávit/(déficit) das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

4. ADOÇÃO DOS CPCs NOVOS E REVISADOS

4.1 Alterações e revisões das normas

No exercício corrente, a Fundação aplicou emendas e novas interpretações aos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade -*

Para os períodos anuais de reporte com início em, ou após, 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. Essas alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Fundação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

- *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial* - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3). A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Fundação.

4.2 Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025 e ainda não adotados:

Na data da aprovação destas demonstrações financeiras, estão emitidas, mas ainda não vigentes, as normas e interpretações novas e alteradas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

- *CPC 26 (R1) - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras* – O CPC 26 (R1) introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O CPC 26 (R1) e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 26 (R1) será aplicado retrospectivamente. A Fundação está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. Atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

- *Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros* - Em maio de 2024, o IASB emitiu as alterações à classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros, que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Fundação não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

- *Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais* - Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:
 - Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
 - Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
 - Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Fundação não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem o valor recuperável do ativo imobilizado, ativo intangível e instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 08 – Imobilizado
- Nota 14 – Despesas com Programas/Projetos
- Nota 17 – Instrumentos financeiros

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos à vista	963	10.854
Aplicações financeiras	4.260.986	4.077.103
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.261.949	4.087.957

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como característica alta liquidez. Durante o exercício de 2025 os depósitos foram remunerados pela taxa média ponderada de 100,70% CDI (101,56% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2025 houve a transferência dos valores das operações aplicadas em Letras de longo para curto prazo devido ao vencimento das operações em 2026. A taxa previamente estabelecida entre as partes tem remuneração média de 103,45% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2025	2024
Letra financeira	7.379.835	-
Total Circulante	7.379.835	-
Letra financeira	-	6.426.086
Total Não circulante	-	6.426.086
Total de Aplicações financeiras	7.379.835	6.426.086

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

8. IMOBILIZADO

Custo	Edificações	Móveis e utensílios e outros	Projetos/Obras em andamento	Total
Total do custo em 31/12/2023	3.172.598	94.395	-	3.266.993
. Adições	-	-	-	-
Total do custo em 31/12/2024	3.172.598	94.395	-	3.266.993
. Adições (i)	-	-	2.879.528	2.879.528
Total do custo em 31/12/2025	3.172.598	94.395	2.879.528	6.146.521
Depreciação				
Total da depreciação em 31/12/2023	(1.601.797)	(82.654)	-	(1.684.451)
. Adições	(102.466)	(4.008)	-	(106.474)
Total da depreciação em 31/12/2024	(1.704.263)	(86.662)	-	(1.790.925)
. Adições	(102.465)	(1.700)	-	(104.165)
Total da depreciação em 31/12/2025	(1.806.728)	(88.362)	-	(1.895.090)
Valor líquido em 31/12/2024	1.468.335	7.733	-	1.476.068
Valor líquido em 31/12/2025	1.365.870	6.033	2.879.528	4.251.431
Vida útil média em 31/12/2024	25 anos	5 anos		
Vida útil média em 31/12/2025	25 anos	5 anos		

(i) Adição refere-se principalmente a reforma de revitalização do Centro Cultural de Sabará

8.1 Natureza do ativo imobilizado

As edificações referem-se principalmente ao Centro Cultural da Fundação ArcelorMittal, instalado no município de Sabará – MG. O objetivo principal do Centro Cultural é contribuir para a formação cultural e produção de conhecimento em Sabará. O espaço conta com amplas salas para a realização de cursos e treinamentos, além de um auditório para cerca de 100 pessoas.

8.2 Revisão das vidas úteis

A Administração entende que as vidas úteis utilizadas no exercício de 2025 e 2024 representam adequadamente as vidas úteis econômicas de seus bens e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Serviços de Terceiros	(974.755)	(72.280)
Consultoria	(50.000)	(15.000)
Viagens e estadias	(2.128)	(2.859)
Propaganda e Publicidade	(3.500)	(152.949)
Outras Despesas	(26.443)	(90.057)
Auditoria externa	(2.103)	(2.103)
	(1.058.929)	(335.248)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2025	2024
Salários e férias a pagar	2.022.431	1.756.891
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	84.005	48.811
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	32.838	21.357
Outras obrigações sociais	10.332	5.248
	2.149.606	1.832.307

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Repassa para as mantenedoras (i)	14.012	147.428
Receitas a apropriar contrato Bradesco (ii)	9.823	14.189
Repassa compartilhamento de serviços	92.819	41.261
Outros	82	4.785
Total	116.736	207.663
Circulante	111.279	197.840
Não Circulante	5.457	9.823
Total	116.736	207.663

(i) Repasse de valor recebido da AMB para a destinação ao Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, que é descontado em folha de pagamento dos funcionários durante o ano e repassado de volta para a AMB. Cada empresa repassa para o Fundo o valor e depois desconta na folha dos empregados (AMB, Fundação, BBA, BMB, Abertta)

(ii) As receitas a apropriar referem-se ao contrato realizado entre a Fundação e o Banco Bradesco BBI S.A. para gestão operacional da folha de pagamentos.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL**12.1 Patrimônio Social**

A dotação especial dos bens livres e desembaraçados constituiu o patrimônio inicial da Fundação.

Conforme deliberação realizada pelo Conselho Curador da Fundação, em 21 de maio de 2025 a Fundação efetuou aumento do patrimônio social no valor de R\$ 655.319.

12.2 Reserva de Superávit

A reserva é constituída com base no superávit/(déficit) apurado no período e pode ser alterada conforme deliberação do Conselho Curador da Fundação referente ao aumento do patrimônio social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

13. RECEITAS DE DOAÇÕES

	2025	2024
ArcelorMittal Brasil S.A.	11.253.935	7.317.033
ArcelorMittal BioFlorestas Ltda.	1.129.862	947.288
ArcelorMittal Sistemas Ltda.	138.844	118.411
BBA - Belgo Bekaert Arames Ltda.	1.795.505	1.539.342
BMB - Belgo Mineira Bekaert Artefatos de Arame Ltda	1.101.080	947.288
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	500.000	-
Consórcio Guilman Amorim	48.222	39.076
Total recebido para custeio de programas	15.967.448	10.908.438

As receitas de doações para custeio dos programas/projetos promovidos pela Fundação são oriundas das mantenedoras e está condicionada aos programas ou projetos desenvolvidos nas comunidades nas quais as unidades estão inseridas.

14. DESPESAS COM PROGRAMAS/PROJETOS

Natureza dos Custos	Referência	Serviços de terceiros	Alimentação e Outros	Materiais	Salários e encargos	Prêmios / Doações	2025	2024
Educação	a	1.368.738	73.402	580	1.398.804	139.746	2.981.270	2.382.066
Cultura	b	176.045	16.836	18.228	22.400	6.339	239.848	691.517
Filantropia	c	775.948	150.410	212.803	2.239	-	1.141.400	2.429.117
Relacionamento	d	3.496	139.889	101	168	-	143.654	31.079
Esporte	e	34.851	7.182	-	-	-	42.033	252.023
Estratégicos	f	245.001	16.714	-	-	-	261.715	-
Total 2025		2.604.079	404.433	231.712	1.423.611	146.085	4.809.920	5.785.802
Total 2024		2.956.160	528.126	128.066	2.050.554	122.896	5.785.802	-

a. Eixo Educação

Acreditamos que a educação é a dimensão estruturante para o desenvolvimento do país. Por isso, investimos desde a educação básica até a inserção no mercado de trabalho, com foco na preparação de profissionais para desafios reais do mercado. Nossa Estratégia STEAM é uma resposta aos desafios atuais da educação brasileira, que demanda abordagens inovadoras e concretas. Os projetos têm como objetivo contribuir com a melhoria do ensino e aprendizagem em ciências, por meio de ações junto a professores e alunos de escolas públicas, buscando desenvolver nos estudantes, habilidades e competências relacionadas ao STEAM, tais como pensamento estratégico, curiosidade, capacidade de raciocínio e inovação.

b. Eixo Cultura

Iniciativas voltadas para a democratização do acesso à cultura e incentivo ao desenvolvimento local, por meio de formação de profissionais para atuarem no mercado cultural regional. O programa integra as ações de formação desenvolvidas na área da cultura, junto às comunidades de atuação da empresa. Os projetos são viabilizados por meio das Leis Federal, Estaduais e Municipais de Incentivo à Cultura e estão fundamentados na Política do Investimento Cultural criada pelo Comitê de Cultura e Esporte da ArcelorMittal, que repercute os valores corporativos conjugados com as recomendações expressas na Declaração da Diversidade Cultural da UNESCO. As diretrizes da política são a ampliação do acesso das comunidades a bens e serviços culturais, a promoção da formação profissional de artistas, gestores e técnicos do segmento cultural e a formação de públicos e plateias por meio da oferta de bens culturais qualificados e identificados com as comunidades, além de projetos culturais que estimulem o protagonismo e o comportamento empreendedor e que estejam em consonância com os desafios da ArcelorMittal junto às comunidades.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. *Eixo Filantropia*

A Filantropia Corporativa é exercida pela Fundação ArcelorMittal com estratégia e intencionalidade, visando promover transformações sociais duradouras por meio de ações estruturadas, colaborativas e orientadas para resultados tangíveis e mensuráveis. Diferente da filantropia tradicional, que se baseia predominantemente em doações pontuais, na Fundação essa prática envolve o planejamento cuidadoso de iniciativas sociais, projetos e programas, com foco na efetividade e na longevidade. A estratégia busca gerar impacto na vida das pessoas, por meio de projetos sustentáveis e replicáveis em diferentes territórios.

A atuação é pautada pela integração entre os valores institucionais e os objetivos sociais, criando conexão entre o negócio e comunidades onde a empresa está presente.

Os projetos que fazem parte da temática da Filantropia Corporativa são concebidos para gerar valor compartilhado, fortalecendo o tecido social e a imagem institucional, gerando engajamento da comunidade, dos empregados e empregadas. A participação ativa fortalece o senso de pertencimento, amplia o alcance das iniciativas e contribui para a eficácia e longevidade dos projetos. Além disso, a filantropia valoriza as parcerias intersetoriais, envolvendo empresas do grupo, clientes, fornecedores, governos, organizações da sociedade civil e voluntários. Essa rede potencializa os recursos disponíveis e amplia o impacto das ações.

d. *Eixo Relacionamento*

Este eixo visa apoiar o fortalecimento da atuação social do Grupo ArcelorMittal Brasil (AMB), com foco em uma abordagem integrada e alinhada às unidades de negócio, promovendo ações sociais mais aderentes às demandas locais a partir do relacionamento com as partes interessadas, por meio da escuta ativa e da aplicação estratégica de dados sociais mensuráveis e evidências territoriais. A equipe deste eixo tem a responsabilidade de conhecer as dinâmicas territoriais de atuação da Fundação ArcelorMittal focando na melhoria contínua do acompanhamento dos projetos próprios e incentivados, nas frentes de atuação de responsabilidade social, educação, economia circular, esporte e cultura.

e. *Eixo Esporte*

O esporte é um aliado essencial para o desenvolvimento das crianças e jovens. É por isso que apostamos em iniciativas que integram a educação e o esporte em uma jornada de crescimento e realização. Investimos em programas e projetos em que esporte e educação caminham lado a lado, incentivando e valorizando o vínculo escolar. Além da formação de atletas de base, promovendo a inclusão social por meio da prática esportiva. Os projetos buscam democratizar o acesso a diversas modalidades esportivas contribuindo para melhoria no comportamento geral dos alunos.

f. *Eixo Estratégico*

O Eixo Estratégico é responsável por orientar toda a tomada de decisão da Fundação, garantindo que as iniciativas, programas e investimentos estejam alinhados às diretrizes e prioridades do Grupo ArcelorMittal.

Sua atuação envolve o planejamento estratégico, a articulação institucional e a coordenação de agendas transversais que asseguram coerência, eficiência e impacto das ações definidas. Para cumprir esse papel estruturante que exige produção de análises, gestão de indicadores, estudos de contexto, processos de governança e integração entre áreas, o eixo utiliza de recursos dedicados que sustentem sua capacidade de antecipar tendências, apoiar decisões, fortalecer a reputação corporativa e assegurar que cada investimento social esteja conectado à estratégia maior da organização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

15. DESPESAS POR NATUREZA

	Notas	2025	2024
Salários e encargos sociais		5.748.911	4.614.153
Serviços de terceiros		4.626.984	3.823.386
Viagens e estadias		381.139	282.666
Depreciação e amortização	8	104.165	106.474
Materiais		250.286	363.342
Despesas com consultoria		546.111	944.387
Processamento de dados		293.143	175.743
Manutenção e conservação		18.427	61.080
Prêmios / Doações		154.566	124.981
Cursos, seminários e treinamentos		1.422.265	118.955
Recepções e representações		62.397	191.641
Aluguéis		71.388	22.308
Propaganda e Publicidade		403.484	832.859
Outras		995.412	230.003
		15.078.678	11.893.704
Custos operacionais	14	4.809.920	5.785.802
Despesas administrativas		10.268.758	6.107.902
		15.078.678	11.893.704

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.738.951	1.178.561
Outras receitas financeiras	75	-
	1.739.026	1.178.561
Despesas financeiras	(10)	(1.331)
Outras despesas financeiras	-	(197)
	(10)	(1.528)
Total	1.739.016	1.177.033

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Fundação possui diversos instrumentos financeiros, entre eles: caixa e equivalentes de caixa, outras contas a receber, aplicações financeiras, fornecedores e outros passivos financeiros.

Esses instrumentos encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 por valores que se aproximam de seus valores justos nessas datas, considerando as características dos instrumentos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Segue síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativo	Outros ativos financeiros ao custo amortizado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.261.949	4.087.957
Aplicações financeiras	7.379.835	6.426.086
Outras contas a receber	209.136	193.601
Total	11.850.920	10.707.644

Passivo	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	
	2025	2024
Fornecedores	1.058.929	335.248
Outras contas a pagar	116.736	207.663
Total	1.175.665	542.911

Gestão de riscos financeiros

O risco financeiro pode ser definido como grau de incerteza quanto aos resultados futuros, onde pode existir a possibilidade de um prejuízo financeiro.

A Fundação ArcelorMittal Brasil administra seu capital visando assegurar suas estratégias de crescimento e maximizando o retorno de todas as partes interessadas. O gerenciamento dos riscos é fundamental para a gestão eficiente da Fundação e visa mitigar os possíveis impactos nos resultados consolidados.

As operações financeiras efetivadas são analisadas e aprovadas pelas alçadas competentes, garantindo sempre que as normas estabelecidas pela Administração sejam cumpridas.

17.1 Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com as mantenedoras e instituições financeiras.

Visando mitigar esse risco, a Fundação ArcelorMittal Brasil segue a Política de Tesouraria do Grupo ArcelorMittal, aprovada pelo Comitê Global de Tesouraria, que consiste em gerenciar as exposições globalmente, reduzindo assim a probabilidade de que ocorrências de problemas de liquidez no mercado afetem a capacidade de pagamento da Fundação.

Essa política representa a formalização dos princípios, conceitos, papéis e responsabilidades relacionados ao tema, devendo, assim, garantir que os riscos de caixa e equivalentes de caixa sejam identificados, mensurados, gerenciados e tratados em concordância com os objetivos e as normas estabelecidas pelo Grupo ArcelorMittal. A exposição máxima do risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 2024, por classe de instrumento financeiro é apresentada conforme segue:

Notas		2025	2024
Ativos financeiros não derivativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.261.949	4.087.957
Aplicações financeiras	7	7.379.835	6.426.086
Outras contas a receber		209.136	193.601
Total		11.850.920	10.707.644

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, estando sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Fundação de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

O risco de caixa e equivalentes de caixa é traduzido pela impossibilidade de uma instituição financeira honrar seus compromissos no vencimento ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

(ii) Aplicações financeiras

Aplicações Financeiras incluem os investimentos de prazos superiores a 90 dias e feitos pela Fundação a fim de obter uma maior rentabilidade dos valores que não estão na previsão de gastos de curto prazo.

17.2 Risco de liquidez de fluxo de caixa

Esse risco está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

O gerenciamento do risco de liquidez da Fundação ArcelorMittal Brasil é realizado diariamente pela tesouraria, através de análises econômico-financeiras, que demonstram através da geração de diferentes cenários, os possíveis impactos financeiros em situações atípicas. São divulgados relatórios com periodicidade diária, semanal e mensal, que permitem o monitoramento constante do risco de liquidez das empresas do Grupo no Brasil.

O risco de liquidez é apresentado por classe de instrumento financeiro conforme segue:

	Notas	2025	2024
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	9	1.058.929	335.248
Outras contas a pagar	11	116.736	207.663
Total		1.175.665	542.911

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de compensação, se realizarão em período não superior a 12 meses, exceto outras contas a pagar, cujo vencimento ocorrerá até março de 2028.

17.3 Risco de mercado

O risco de mercado mensura a possibilidade de perdas que podem vir a ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e do câmbio.

A Fundação analisa e eventualmente contrata instrumentos financeiros que permitem mitigar os riscos de mercado aos quais está exposta, como parte da política global de gerenciamento de risco do Grupo ArcelorMittal.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros provém do impacto nos ativos e passivos financeiros em virtude das variações nas taxas de juros.

A Fundação ArcelorMittal Brasil tem a política de aplicar suas disponibilidades de recursos no mercado financeiro em taxa pós-fixada atreladas ao CDI, de forma a refletir os ajustes da curva de juros local, mitigando qualquer descasamento da rentabilidade do ativo em comparação com a taxa SELIC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2025	2024
Instrumento de taxa variável		
Ativos financeiros	11.640.821	10.503.189

(ii) Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para o risco de taxa variável de juros

Os cenários apresentados na análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros foram determinados com base em projeções de consultores econômicos que suportam a Fundação, considerando o cenário provável e o cenário pessimista. O quadro a seguir demonstra uma apreciação da taxa de juros em uma proporção de 50% em relação ao “Cenário Provável” para o exercício de 2025.

	Cenário Provável	50%
31 de dezembro de 2025		
Instrumentos de taxa variável (líquido)	1.755.490	2.633.235

18. REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHEIROS

Conforme estatuto da Fundação, capítulo VII, artigo 19, parágrafo 6º, a remuneração para o Diretor Presidente e/ou os demais membros da Diretoria Executiva que atuem efetivamente na gestão executiva está prevista, porém os membros da diretoria renunciaram o direito de receber remuneração até o final de seus mandatos, dessa forma, a Fundação não efetuou pagamento por remuneração a nenhum de seus diretores para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como em 31 de dezembro de 2024.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, como uma cossegurada na Apólice de Seguro de Riscos Nomeados da ArcelorMittal Brasil S.A. A apólice atual tem vigência até 30 de outubro de 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Fundação em 22 de abril de 2026.

Presidente do Conselho

Marina Guimarães Soares

Membros do Conselho Curador

Marina Guimarães Soares (Presidente do Conselho)

Bernardo Rosenthal de Vasconcellos

João Bosco Reis da Silva

Jorge Adelino de Faria

Nadja Sofia Camisasca Trombetta

Rodrigo Augusto Archer

Rodrigo de Oliveira Gama

Tatiana Furtado Nolasco de Abreu

Membros da Diretoria Executiva

Alexandre Augusto Silva Barcelos - Diretor Financeiro

Camila Valverde Santana Greve - Diretora Executivo

Membros do Conselho Fiscal

Alexsandri Pimenta de Souza Lima

Cristina Pereira de Moraes Oliveira

Dener Paulo Gomes de Araujo

Érico Cássio Costa

Leonardo Nogueira Almeida

Nilton Sales Raimundo

Responsáveis Técnicos

Bárbara Porto Almeida

Gerente de Contabilidade

CRC-MG 092.663/0 – Contadora

Bruno Alburquerque Severi

CRC-MG 053.801/O-4 – Contador